

Eixo Temático

7. Educação Especial na Educação do Campo

Título

A INCLUSÃO NAS CLASSES MULTISSERIADAS DAS ESCOLAS DO CAMPO

Autor(es)

Karla Vanessa Lobato de Lima
Nayara Cristina Ferreira e Ferreira
Ana Lúcia Vasconcelos Lobato

Instituição

Universidade Federal do Pará

E-mail

kvll1990@hotmail.com

Palavras-chave

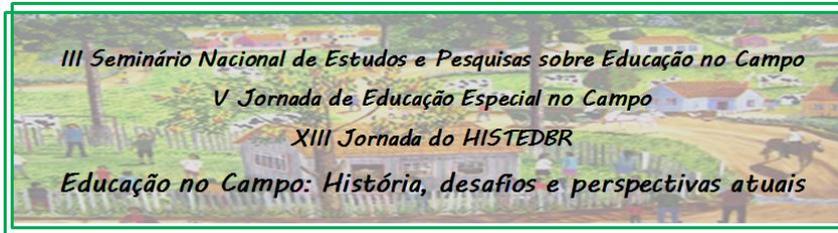
Educação do Campo; Inclusão e Classes Multisseriadas

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar os principais resultados da pesquisa realizada sobre a inclusão nas classes multisseriadas das escolas do campo. No processo de investigação tivemos como pergunta de pesquisa: como se constituía a prática docente inclusiva na escola Professora Maria das Graças de Souza Nascimento, na Localidade Tauaporanga, no Município de Barcarena? Definimos como objetivo geral de pesquisa: Analisar como se constitui cotidianamente a prática docente inclusiva da professora da classe multisseriada com seus alunos com necessidades educativas especiais. Dessa forma, para analisar o tema proposto o estudo de caso é extremamente adequado, pois coloca em foco uma única realidade, permitindo que possamos desvelar e analisar o comportamento dos sujeitos envolvidos na pesquisa com distanciamento e rigor e necessários para a condução da pesquisa. Optamos pela observação in loco e também pela entrevista com a professora regente de turma, realizamos a pesquisa durante o período de 03 (três) meses, entre meses março a maio de 2014.

Abstract

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



This article aims to present the main results of the survey on inclusion in multigrade classes of rural schools. In the process of investigation had as research question: how was the inclusive teaching practice in school Professor Maria delle Grazie de Souza Birth?, in Town Tauaporanga in the Municipality of Barcarena. Defined as a general research objective: To analyze as if every day is inclusive teaching practice of teacher multiserial class with students with special educational needs. Thus, to analyze the theme proposed case study is extremely suitable as it brings into focus a single reality, enabling us to uncover and analyze the behavior of the subjects involved in research with distance and accuracy required for the conduct of research. We chose the on-site observation and also the interview with the class conductor teacher, conducted the survey during the period of three (03) months between months from March to May 2014.

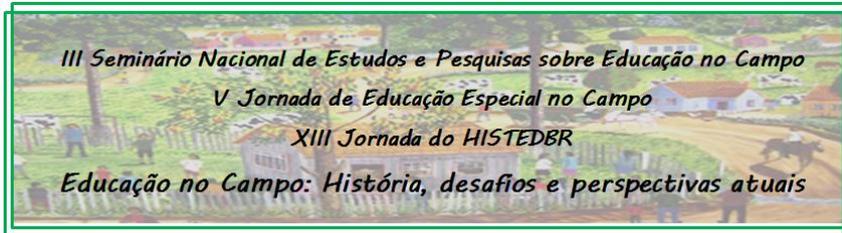
Key words: Rural education, inclusion, multigrade classes.

Texto Completo

A educação vem ao longo do tempo passando por grandes transformações. Considerando os avanços que se tem observado no que diz respeito à constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, que estabelece que a educação seja direito de todos, garantindo o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiências. O que anteriormente centrava-se somente nas deficiências, atualmente adquiriu uma nova visão de educação, ou seja, a educação para pessoas com necessidades especiais. Somente na última metade do século XX houve a preocupação com a educação não segregada, pois as pessoas com deficiência deviam ser respeitadas, garantindo-lhes o direito de ser diferente.

As escolas têm de encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive aquelas com deficiências graves. (SALAMANCA, 1994.p.17-18.) “determina que cabe a escola se adaptar ao aluno com deficiência e não este a escola”. Cabe a escola buscar maneiras de educar com eficiência todas as crianças inclusive as deficientes graves independente de cor, raça, religião etc. Assim, o principal desafio da escola é promover uma educação que atenda a todos sem excluir nenhum, respeitando as diferenças individuais e estimulando a capacidade de aprender.

A discussão sobre educação inclusiva tem se constituído como um desafio para as escolas. O trabalho educacional é tarefa árdua e impõe uma série de fatores sem os quais não se alcança qualidade. São de compreensão do que é educar e o contexto educacional, assim como de aspectos sociais, políticos econômicos e culturais. Além da existência de uma estrutura física e operacional adequada para a realização dos



processos educativos e criação de condições para que o professor se atualize constantemente e esteja apto a enfrentar os problemas típicos ao trabalho pedagógico.

O ministério da Educação (MEC), enquanto órgão gestor das políticas educacionais, por intermédio da Diretora de Políticas de Educação Especial (DPEE/SECADI), tem implementado políticas que possibilitam o alcance das demandas. Essas políticas existem com o objetivo de atender o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96, dispondo quanto a educação especial em seu capítulo V, art. 58, enquanto “ modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais.” A partir da LDB são criados os mecanismos estratégicos para a execução desta política, são elas: a aprovação do Decreto 3.298/1999, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração de pessoas portadoras de Deficiência e a resolução CNE/CEB nº 17/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a educação especial. Estes dois instrumentos de efetivação das normas que regulam o tratamento a ser dado à pessoa com deficiência destacam a importância da formação continuada dos profissionais de educação que trabalham com este público:

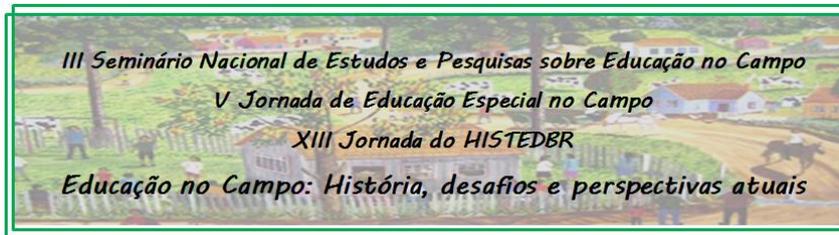
Garantir formação e qualificação de professores de nível médio e superior para educação especial, de técnicos em nível médio e superior especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores e professores para a formação profissional (BRASIL, 1999; p.14).

O atendimento educacional a pessoas com Deficiência e com Necessidades Educativas Especiais iniciou-se no Pará nos anos 50, pelas escolas do poder público e iniciativa privada, que tinha como principal objetivo atender pessoas cegas, surdas e com retardo mental. No Pará, o principal agente de políticas de desenvolvimento da educação Especial é a secretaria Estadual de Educação.

Nos anos 50, foram criados na metrópole dois cursos de especialização que foram ofertados para professores da rede pública e estadual:

O “Curso de Educação de Professores e Inspetor na Educação de Cegos”, realizado no instituto Benjamim Constant, e “ Orientação Psicopedagógico em deficiência mental” realizado na sociedade Pestalozzi do Brasil. Esse foi o começo da preocupação com as pessoas com Deficiência e necessidades especiais, preocupação que

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



deu lugar à ação com a construção de polos de apoio, como a escola de cegos no Pará e a Escola de surdos no Pará, assim como maior enfoque para a educação para deficientes mentais e a criação da Assessoria de Educação Especial (NASCIMENTO, 2014; p.19).

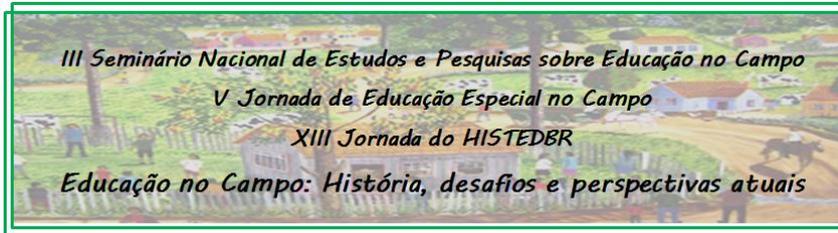
No que concerne à educação para Deficientes Intelectuais, a presidente da sociedade paraense de educação, professora Hilda Vieira, em parceria com outra professora especializada em educação para deficientes intelectuais, começou os atendimentos nessa área. Desta forma, tiveram início o planejamento e a sistematização das atividades. Posteriormente, a Fundação Pestalozzi do Pará, desligando-se da Sociedade Paraense de Educação e tornando-se autônoma, recebeu o nome de Escola Lourenço Filho, com atendimento ainda voltado às pessoas com deficiência intelectual, aos moldes do trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos excepcionais (APAE) e outras entidades de atendimento especializado conveniadas com a Secretaria Estadual de Educação (NASCIMENTO, 2014).

Segundo Glat e Ferreira,

A Educação Especial do Pará tem como órgão responsável o Departamento de Educação Especial integrado à Diretoria de Ensino. Uma legislação local está sendo revista no estado pela Secretaria Executiva e Conselho Estadual de Educação. Como linha de trabalho, o estado busca a inclusão escolar e social dos alunos com necessidades especiais. As políticas públicas da capital para inclusão de alunos com deficiências estão sendo implantadas gradativamente desde 1990. Dois documentos norteiam a Educação Especial do estado: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96) e as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (Resolução nº 02 – 11/09/2001) (2003, p.23).

Entretanto, no Estado do Pará, mesmo com diversas experiências positivas e inúmeros programas executados pela Secretaria Estadual e Secretarias municipais ainda há poucas pesquisas na área de acessibilidade e estas são divulgadas quase que exclusivamente no meio acadêmico- científico, não estando disponíveis para as instituições que desejem adaptar seus espaços tornando-os inclusivos, e essas experiências, recursos, cursos, não chegam para a realidade das escolas do campo. Observam-se que de um modo geral, iniciativas institucionais ainda estão desarticuladas e concentram-se nas escolas urbanas.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



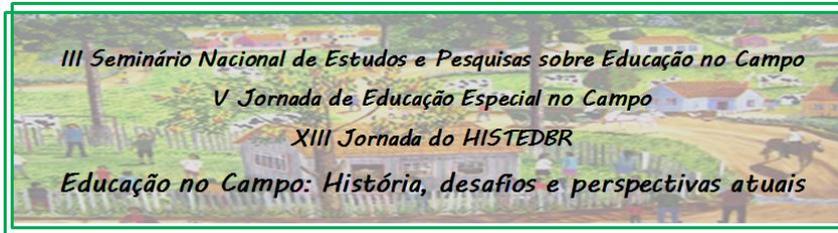
Segundo Glat e Ferreira (2003) em uma pesquisa realizada sobre inclusão no Brasil, apontam que entre as principais dificuldades indicadas pelos professores que atuam na educação inclusiva, podemos destacar: falta de capacitação profissional para receber alunos com necessidades especiais em classes regulares, dificuldades da ordem de acessibilidade: como falta de mobiliário e material didático adaptado; a carência de orientação pedagógica especializada, adaptações curriculares, e o número excessivo de alunos na classe.

Outras questões apontadas pelos professores referem-se ao processo de socialização dos alunos no espaço escolar, incluindo tanto dificuldades dos alunos especiais de se integrarem na turma, quanto dos outros os aceitarem; os problemas oriundos da falta de acessibilidade do prédio da escola bem como do transporte escolar e público e o preconceito dos profissionais da escola, pais e / ou outros alunos com relação aos alunos com necessidades educativas especiais.

Para os autores Glat e Ferreira,

No Brasil, a formação de recursos humanos, tanto de professores, como dos demais profissionais ligados à Educação, ainda segue um modelo tradicional, desatualizado e totalmente inadequado para suprir as demandas de uma Educação Inclusiva. Os poucos cursos de Pedagogia e de Formação de Professores, por exemplo, que incluem conteúdos e /ou disciplinas sobre portadores de necessidades especiais, ainda o fazem dentro do modelo “especializado” e segregado, com orientação clínica, tal como adotado na Educação Especial dos anos 70, com pouca ênfase sendo dada, mesmo em cursos que sofreram reformulações curriculares recentes, para a questão da Educação Inclusiva como fenômeno complexo e atual(2003, p. 60).

A partir da realidade apresentada, podemos afirmar que a mesma tem imposto aos educadores do campo e da cidade inúmeros desafios ao que se refere à questão da educação inclusiva na educação básica. Diante das questões apresentadas sobre o tema da inclusão seus desafios e problemáticas, em especial nas escolas do campo, o presente artigo tem como objetivo discutir como tem se constituído a prática docente, dos professores das escolas do campo, dentro dos processos de inclusão nas classes multisseriadas.

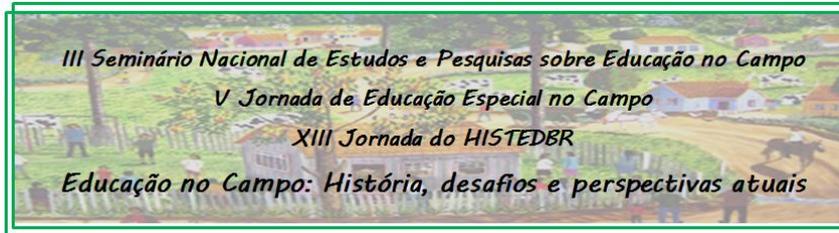


O Percurso Metodológico da Pesquisa: Desafios e perspectivas

Optei em trabalhar o tema Inclusão nas escolas do campo por conviver diariamente com as dificuldades do trabalho docente nas escolas do campo, as dificuldades dos professores para trabalharem pedagogicamente com alunos com necessidades educativas especiais, pois como sabemos que há um conjunto de precariedade na oferta do ensino que resulta em degradantes estruturas físicas das escolas e a falta de investimento na formação dos professores, falta de recursos materiais de apoio pedagógico e a má aplicabilidade de recursos financeiros direcionados as escolas do campo. Diante dessas reflexões, aponto as seguintes questões que deverão nortear essa pesquisa: a) A escola do campo está preparada para receber alunos com necessidades educativas especiais?; b) Os professores das escolas multisseriadas possuem formação para trabalharem com a educação inclusiva em classes mutisseriadas?

No processo de investigação tivemos como pergunta de pesquisa: *como se constituía a prática docente inclusiva na escola Professora Maria das Graças de Souza Nascimento?*, na Localidade Tauaporanga, no Município de Barcarena. Essa pergunta surgiu de uma inquietação particular acerca de processos inclusivos na escola do campo, pois como sabemos por tratar-se de um tema novo, poucas pesquisas temos encontrado que problematizem a questão da inclusão na escola do campo, em especial na realidade de nosso município.

Para responder a essa questão definir como objetivo geral de pesquisa: Analisar como se constitui cotidianamente a prática docente inclusiva da professora da classe multisseriada com seus alunos com necessidades educativas especiais. Ainda, para alcançar o objetivo geral definimos, como objetivos específicos, a saber – a) Compreender a prática docente inclusiva em classes multisseriadas; b) Verificar se a escola do campo está preparada para receber alunos com Necessidades Educativas Especiais; c) acompanhar o cotidiano da professora para verificar como a mesma desenvolve suas metodologias de ensino visando a inclusão dos PNNES; d) Verificar se a professora possui formação adequada para atuar junto a educação inclusiva com seus alunos.



Como metodologia de pesquisa optamos pelo Estudo de caso. "*O Estudo de Caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais*". (YIN, 2001, p. 19). Para o autor "o Estudo de Casos, como outras estratégias de pesquisa, representa uma maneira de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados". (YIN, 2001, p. 35).

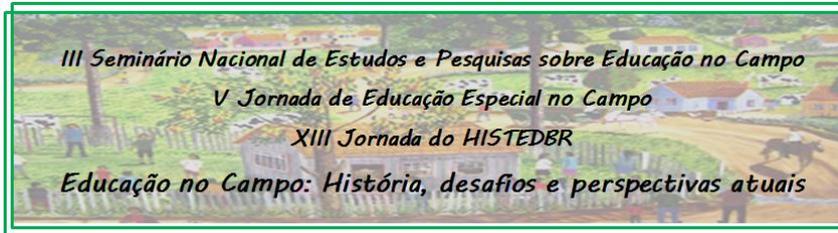
Para Yin, o Estudo de Caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se pode manipular comportamentos relevantes. O Estudo de Caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistêmica de entrevistas. (YIN, 2001, p. 27)

O autor cita que o Estudo de Caso, comparativamente ao método histórico, possui a vantagem de poder lidar com uma variedade maior de evidências, além de permitir, no caso da observação participante, a manipulação informal das variáveis utilizadas.

Para o autor, "casos únicos representam um projeto comum para se realizar estudos de caso, e foram descritos em duas etapas: as que utilizam projetos holísticos e as que utilizam unidades incorporadas de análise". (YIN, 2001; p. 67). A realização de estudo de caso único, segundo Yin, é justificável "se o caso se constituir em um evento raro ou exclusivo ou se servir a um propósito revelador".

Dessa forma, para analisar o tema proposto o estudo de caso é extremamente adequado, pois coloca em foco uma única realidade, permitindo que possamos desvelar e analisar o comportamento dos sujeitos envolvidos na pesquisa com distanciamento e rigor e necessários para a condução da pesquisa. Optamos pela observação *in loco* e também pela entrevista com a professora regente de turma, realizamos a pesquisa durante o período de 03 (três) meses, entre meses março a maio de 2014, com visitas contínuas no período da tarde.

Assim, este artigo tem como objetivo apresentar os principais resultados da pesquisa realizada sobre a inclusão nas classes multisseriadas das escolas do campo. Tratar as diversas dificuldades que um professor enfrenta ao assumir classes multisseriadas, principalmente quando há a necessidade de processos de inclusão, não



se trata de algo simples que pode ser respondido com questões simplistas ou que poderá ser resolvido apenas com uma metodologia educativa inovadora; essa questão remete a necessidade de uma profunda reflexão não apenas da prática docente, mas do conjunto das políticas de inclusão implementadas no Brasil, e em especial no Estado do Pará.

As dificuldades que os professores das classes multisseriadas enfrentam são inúmeras, pois são várias crianças de diversas idades estudando em apenas uma sala de aula, haja vista que são pessoas diferentes com saberes diferentes.

No caso específico da classe multisseriada pesquisada, a mesma é formada de 28 alunos, compreendendo os 4º e 5º anos, sendo que há um aluno com deficiência intelectual na classe. Segundo Hage,

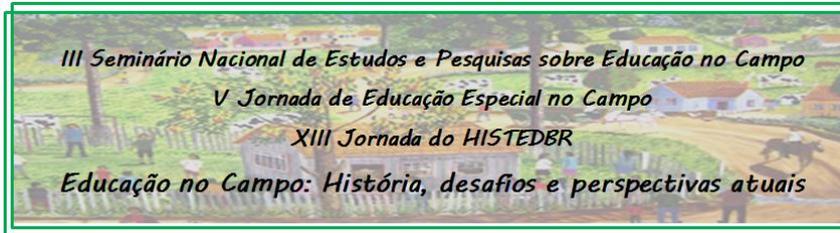
As escolas multisseriadas são espaços marcados predominantemente pela heterogeneidade que reúne grupos com diferenças de série, de sexo de idade, de interesse, de domínio de conhecimento, de níveis de aproveitamento (2004; p.27).

As escolas com classes multisseriadas são espaços marcadas predominantemente pela heterogeneidade que reúne grupos com diferentes séries, sexo, idade, interesse, domínios de conhecimento e de níveis de aproveitamento devido diversos fatores como: salas superlotadas, infraestrutura e a dificuldade de inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais. Pois sabemos que a educação no campo se apresenta de forma precária para atender alunos. Dessa forma, perguntamos se esta escola do campo, com classes multisseriadas, está preparada para receber alunos com necessidades educativas especiais?, Logicamente que não, pois a fragilidade e a ausência de políticas públicas de inclusão nas escolas do campo por si só já respondem essa questão.

As leis de inclusão e de obrigatoriedade de matrícula de alunos com NEE não vieram acompanhadas com formação adequada aos docentes nem de melhorias de condições de trabalho, ninguém muda da noite para o dia, muito menos aprende a lidar com certas situações com naturalidade, é preciso tempo, as escolas buscam alternativas, imagine que angústia é lidar com o desconhecido.

As pessoas que desafiam a deficiência seja ela qual for aprendem a conviver com as inseguranças dos outros que ficam incomodados, não sabem o que fazer, o que

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



dizer, e há algumas que sabem que a melhor maneira de superar é enfrentar a deficiência.

Uma pessoa com deficiência intelectual é diferente, pois seu lado intelectual é afetado e não existe cura por não ser uma doença, mas ele tem capacidade de aprender sendo que demora um pouco mais que crianças ditas normais.

Alguns professores se preocupam em como organizar a prática docente ao modo de incluir o educando e dar a ele condições de aprender, pois, não basta apenas colocá-lo em uma classe e dizer que este aluno está incluso.

Às vezes os deficientes não conseguem acompanhar o ritmo da competitividade e acabam sendo excluído, o grau de deficiência não é o mesmo e a capacidade de aprendizagem também não, é importante conhecer o potencial de cada indivíduo para que se possa diferenciá-lo, pois a pessoa é deficiente em uma área, mas pode ser extremamente eficiente em outra.

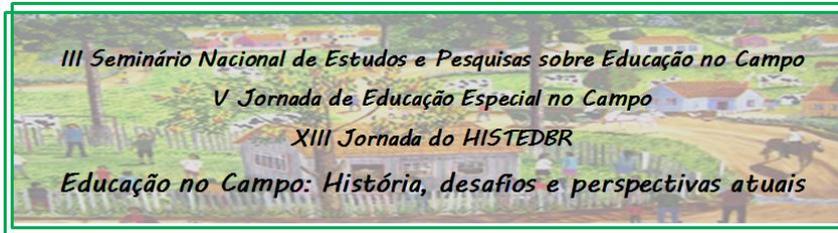
E hoje ainda são comuns os casos de professores que recebem um ou mais alunos com deficiência e se sentem sozinhos e sem apoio, recursos ou formação para executar um bom trabalho, mas lamentavelmente a estrutura educacional ainda não está preparada para dar ao aluno especial, principalmente ao aluno com deficiência intelectual, o atendimento que ele precisa em uma classe regular, muito menos em uma classe multisseriada.

Prática Docente: Inclusão e Docência em uma Classe Multisseriada

No processo da pesquisa, além da observação que realizamos do cotidiano da escola, também realizamos uma entrevista com a professora, como citado anteriormente, nesse item iremos analisar a entrevista, fazendo reflexões acerca da realidade da inclusão na classe multisseriada investigada.

A professora Maria da Conceição Lobato de Lima, entrevistada para contribuição do artigo, relatou que trabalha há 32 anos, sendo que em vários desses anos trabalhou com a classe especial dentro das classes multisseriadas, conta que seu objetivo sempre é o aprendizado dos alunos, e que se acostumou com essa modalidade de ensino.

Ensinar crianças com necessidades especiais ainda é um desafio, ainda mais quando não se tem uma formação específica nessa área. A professora relatou que

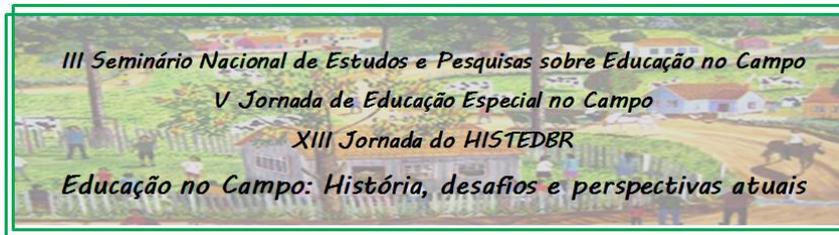


durante seu percurso na docência sempre trabalhou com a inclusão, mesmo quando ainda não era amparada por lei, disse que nunca rejeitou alunos com necessidades especiais, e que o motivo de ir trabalhar no campo foi por causa de uma família que tinha todos os seus componentes com dificuldades na dicção, nesta época não tinha nenhum tipo de formação por parte da Secretaria Municipal de educação (SEMED), o que se viu no período em que a inclusão tornou-se realidade, foi a escola atendendo esse novo aluno ao mesmo tempo em que aprendia a fazer isso.

A professora Maria relata que apesar de todas as dificuldades sempre deu seu melhor, buscando compreender as especificidades de cada um, valorizando seus conhecimentos e saberes que em muitas escolas não são valorizados, o conhecimento empírico de cada indivíduo reconhecendo a importância de cada um deles.

A minha trajetória como professora começou com classes multisseriadas, assim, nos primeiros anos não tinha nenhum aluno com deficiência, eu só ouvia falar que na cidade os alunos deficientes eram colocados numa sala gradeada, separados dos outros alunos ditos normais, e as professoras deles eram treinadas especificamente pra trabalhar com eles, eu lembro que todo mundo chamava de professor de doido, escola de doido e agente achava isso normal na época. Mas eu mesma comecei trabalhar com a inclusão quando eu cheguei pra cá era uma família de gogos, eu não tive opção na época não existia a lei né, mas assim mesmo eu incluí eles, eu não entendia bem o que eles falavam, mas como eu já tinha morado na casa da mãe deles que é minha comadre de muito tempo logo no início da minha trajetória como professora era mais fácil a comunicação. mas tinha coisas que eles falavam que eu tinha que adivinhar eles iam dar a lição e era um texto sobre animais, uma fábula, lembro que o texto dizia: E dona coruja resolveu: um gato esquenta uma gata e uma gata esquenta um gato. E eles liam: E tona orucharessolfeu: um ato es enta uma ata e uma ata es enta um ato, daí eu fui na secretaria pedir ajuda porque eles escreviam do jeitinho que falavam e isso me preocupava, mas a moça lá que me atendeu disse que era pra mim considerar né, porque eles falavam assim era o jeito que eles achavam de escrever também mas eu num tinha nenhuma formação não, era aos trancos e barrancos mesmo (MARIA, 2014).

E um dos irmãos deles era surdo, o Francinei, mas é engraçado que a maioria dos surdos são mudos, ou melhor não falam a nossa língua, mas tem a deles que é libras, eu não fazia nem ideia do que era libras e ai tinha que gritar com ele na sala, gritar não no modo de esculhambar, mas gritar falando alto pra ver se ele escutava (MARIA, 2014).



Destacamos aqui que a Pessoa surda “[...] aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meios de experiências visuais, manifestando sua cultura, principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)”.

Os problemas comunicativos da criança surda, segundo Goldfeld (2002) não tem origem na criança e sim no meio social, quando não utiliza a língua de acesso e compreensão pelo sujeito surdo dificultando as relações sociais e linguísticas. O sentido da palavra é criado no diálogo espontâneo por meio das suas relações sociais (GOLDFELD, 2002; p. 32).

No momento a professora tem apenas 01 aluno com necessidades especiais, o educando tem 14 anos e está no 4º ano já que possui DI (deficiência intelectual), o mesmo não fala compreensivamente, escreve palavras como os outros alunos da série, este aluno não passa de ano já que não consegue realizar tarefas de uma série mais avançada.

Entre muitas terminologias e nomenclaturas utilizadas oficialmente, deficiência intelectual está substituindo o termo deficiência mental, essa terminologia tem sido utilizada fazendo parte de documentos do governo federal e outros. Nessa perspectiva a deficiência intelectual é compreendida como a interação entre o funcionamento intelectual e as relações com o contexto social. Assim, as limitações deixam de ser observadas como dificuldade exclusiva da pessoa deficiente (perspectiva quantitativa da inteligência), passando a ser consideradas como limitações do contexto social que deve buscar e ofertar os devidos apoios que ela necessita.

O aluno com deficiência intelectual, como sujeito social, se beneficia das inúmeras mediações que caracterizam as relações sociais e interpessoais estabelecidas no espaço escolar, as quais são marcadas também pelos conflitos e contradições da vida em sociedade (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010; p.9).

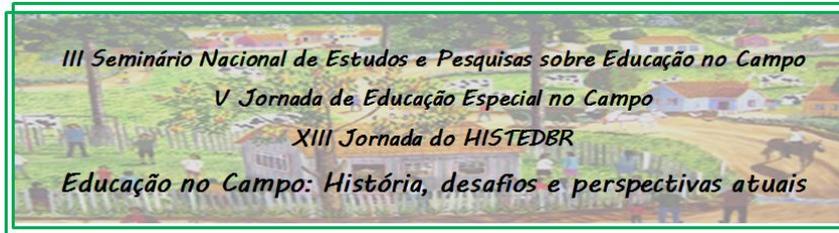
Sendo que para alguns professores, é comum não conseguir diferenciar alunos com deficiência intelectual e com dificuldade de aprendizagem. De modo geral, os alunos com deficiência intelectual possuem dificuldades específicas de aprendizagem, mas não se pode afirmar que os alunos com dificuldades para aprender possuam deficiência intelectual.

O Maycon foi uma situação assim a avó dele chegou pra matricular e fizemos a matrícula, era na educação infantil ele sentia muita dor de cabeça e faltava muito ai eu comecei a perceber nas aulas que ele não se desenvolvia igual os outros sabe, ai foi que eu percebi que ele tinha alguma coisa, ai chamei a avó dele porque ele sempre morou com a avó, foi criado por ela, o que ela me disse foi que ele tinha caído da escada quando era neném, e isso começou a me preocupar porque eu logo pensei: esse menino deve ter batido a cabeça só pode. Minha reação foi de levar o caso pra secretaria de educação em Barcarena já que aqui eu sou tudo, psicólogo, professora às vezes tenho que dar uma de médica quando alguém se bate. Ai na secretaria me encaminharam pro setor que cuida desses casos, fizeram o diagnóstico e foi detectado que ele tinha deficiência intelectual, daí ele passou a ter acompanhamento a avó dele leva ele pra acompanhamento no Santa Joana pra fazer triagem, ele tem tido suporte com os meninos da comadre a secretaria fez lá um diagnóstico detectaram que um deles era surdo, ou melhor é surdo os outros tinham problema de gagueira ai me mandaram pro Departamento de Educação especial (DEES) em Belém e quando eu cheguei lá dei de cara na porta porque ninguém me atendeu e eu voltei porque a menina não tava lá a que ia me atender ai eu tive que me vira com as minhas próprias forças né, eu não tinha muita opção era se virar mesmo (MARIA, 2014).

A professora relata que tem sido um grande desafio alfabetizá-lo, não pela deficiência e sim pela classe multisseriada, sendo que já é difícil trabalhar nesse tipo de classe imaginemos em uma multisseriada.

Não tem sido uma tarefa fácil alfabetizar ele, mas eu sempre acreditei na capacidade dele, claro que cada um tem seu tempo de aprendizagem, uns aprendem com mais facilidade e outros não, mas eu procuro deixar ele experimentar novas realidades, porque não posso ignorar o desempenho escolar dele porque eu posso ajudar ele a se desempenhar com mais facilidade eu evito as repetições e memorizações, eu quero deixar ele mesmo pensar, ele mesmo construir senão não faz sentido (MARIA, 2014).

Percebi em algumas aulas que a professora procura adequar o conteúdo para cada série e cada idade, vale ressaltar que não é uma tarefa fácil, mas que é possível desde que haja criatividade, paciência e respeito mútuo, buscando sempre refletir em sua prática, pois é necessário não só implementar saberes e conteúdos, mas também manter a prática reflexiva, ou seja, pensar em seu fazer pedagógico.



Sabemos que alfabetizar não é uma tarefa fácil, nas escolas do campo mais ainda, pois lá se encontram a maioria dos alunos que mais precisam de seus professores, já que muitas das vezes não tem acompanhamento da família.

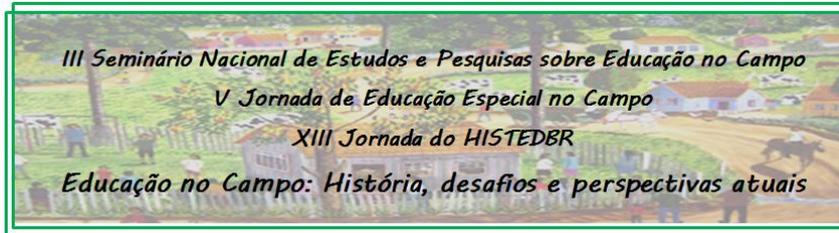
Aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independente de sua condição intelectual ser mais ou ser menos privilegiada. São diferentes idéias, opiniões, níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar e clareiam o entendimento dos alunos e professores. Essa diversidade deriva das formas singulares de nos adaptarmos cognitivamente a um dado conteúdo e da possibilidade de nos expressarmos abertamente sobre ele (BRASIL, 2007; p.17).

Muitas crianças enfrentam dificuldades no aprendizado por muitos motivos: Falta de estrutura nas escolas, classes multisseriadas que é uma especificidade do campo, os alunos da escola Prof.^a Maria das Graças de Souza precisam acordar cedo, pois, dependem de transportes para deslocar-se (barco e Kombi), chegando a enfrentar várias horas de viagem até chegar ao seu destino, já que são alunos ribeirinhos e também que residem em estradas, sendo que o cansaço é grande e alguns deles não prestam atenção na aula. Isso dificulta a situação de qualquer professor, que mesmo que tenha muita criatividade muitas vezes não alcança seu objetivo. Muitas dessas crianças vão para a escola Maria da Graças de Souza Nascimento apenas com o café da manhã e às vezes nem isso, e quando chegam encontram um cenário desolador onde a escola não tem o mínimo de condições em receber tais educandos, sem espaços educativos e nem sequer materiais para o processo educativo de qualidade.

Faz-se necessário um despertar para essa realidade que não está distante de nós, nossas crianças estão se perdendo para a criminalidade, migrando do campo para a cidade em busca de melhorias de vida, o que na maioria das vezes não acontece.

É essencial que o docente tenha convicção da sua responsabilidade enquanto educador e a família com a comunidade participem da formação de nossas crianças, pois sem essa parceria o trabalho fica mais difícil do que já é.

O desafio da escola está em duas situações, pois podemos estimular na criança o preconceito ou cultivar a solidariedade, muitos professores não aceitam crianças deficientes em suas salas de aula, pois não se sentem capazes por não serem



especializados, ignoram como essa convivência pode ser enriquecedora para todos, esquecendo-se que é surpreendente conviver com eles.

O dia a dia dessas crianças com deficiência é um desafio constante, muitas das vezes quando os medos e equívocos de relacionamento são superados, o desempenho escolar da criança deficiente é que passa a ser questionado, o atraso em relação aos demais colegas e as dificuldades constantes são apontados como barreiras, a capacidade da escola em atender adequadamente as crianças portadoras de deficiência também é questionada, para muitas pessoas a saída é o ensino especializado.

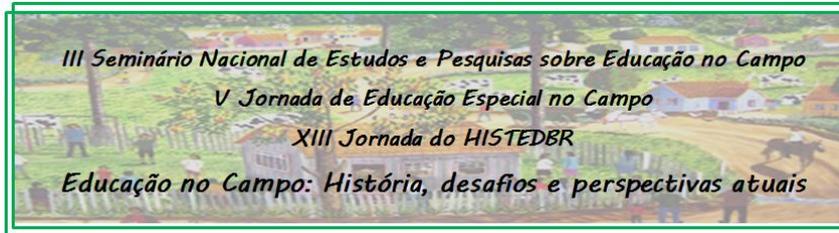
Independente das dificuldades ou deficiências dos alunos o compromisso do educador é com o processo de transformação do ser humano, a criança deficiente não pode ser tratada com indiferença.

É importante ressaltar que muitos pais não acompanham o aprendizado de seus filhos por serem analfabetos e sentirem-se incapazes de ajudar seus filhos na escola, que é o caso da responsável pelo aluno que tem necessidades especiais estudante da escola Prof. Maria das Graças de Souza Nascimento.

A dona santinha já me falou que ela não tem como ajudar porque ela não sabe ler né, tudo o que ela faz é acompanhar ele porque sempre ta me perguntando: professora como é que ta o comportamento do Maycon, olha qualquer coisa a senhora me fala. Isso é muito importante porque tem pai que não ta nem ai, mas ela não desde quando o outro neto dela estudou comigo ela sempre foi assim, ela já veio em casa agente tem uma relação muito boa, também conheço já de muito tempo, todas as reuniões que eu convoco os pais ela ta lá as vezes vai até andando, mas vai e ela tem dado sempre o que pode. Tem feito o que pode por ele e isso me ajuda muito (MARIA, 2014)

É importante conhecer a realidade desses sujeitos já que nos referimos a classes multisseriadas das escolas do campo; os professores são desafiados a conhecerem as práticas dos povos do campo a partir das reais convivências com esses grupos, conhecer a realidade vivendo na realidade é a riqueza e a força da prática pedagógica tanto para os alunos, quanto para o professor.

O erro que tem que ser banido, pois o que é “passado” aos alunos pelo professor é uma verdade pronta, absoluta e imutável. Reprovam-se, então, os que tentam transformá-la ou estão processando a sua construção, autonomamente. (...)É como se o espaço escolar fosse



invadido e todos os seus domínios fossem tomados de assalto. A escola se sente ameaçada por tudo o que ela mesma criou para se proteger da vida que existe para além de seus muros e de suas paredes- novos saberes, novos alunos, outras maneiras de resolver problemas e de avaliar aprendizagem, outras “artes de fazer”(MONTANO, 2003; p.49)

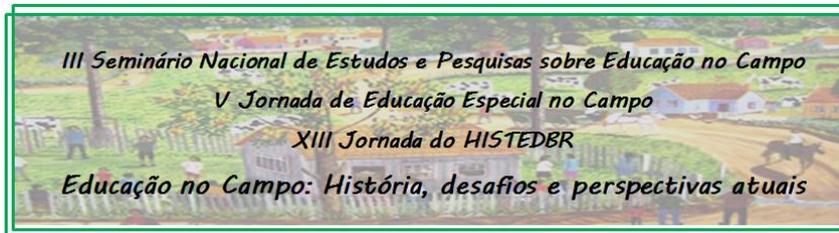
A escola é vida, e vida significa considerar sujeitos sociais em processo de participação, de construção, de transformação, de afirmação de direitos para a realização da vida em sua completude.

Olhar as especificidades de cada estudante é o básico quando se diz respeito ao direito de aprender de crianças e adolescentes, inclusive os com NEE (Necessidades Educativas Especiais), se a escola é para todos, temos que pensar na diversidade e não na homogeneidade, pois não é apenas alunos deficientes que tem dificuldades no aprendizado, cada educando tem seu tempo e ritmo de aprendizado, uns com mais facilidade outros nem tanto.

Há determinadas condições que limitam o acesso do educando ao conhecimento, nesses casos além de adaptar instrumentos educacionais, é preciso se preocupar com os objetivos que foram traçados e previstos de acordo com o potencial desse discente. Que não significa facilitar a proposta ou cobrar menos desse educando, mas ir aumentando gradativamente o grau de dificuldade de atividades para que possa se acostumar, ele não pode ficar sempre no mesmo nível senão ele não evolui.

As classes multisseriadas das escolas do campo tem sido ainda um grande problema para professores que atuam nessa área, pois eles não têm o mínimo de apoio e suporte para lidar com essa situação e vão adequando e procurando meios para cumprir seu papel como tal, muitas das vezes sem formação específica, sem materiais didáticos suficientes para atender suas aulas e agem na maioria das vezes no improviso tendo que usar de estratégias, essa prática tem sido um desafio constante para os professores e, com frequência, está presente nas discussões entre pesquisadores da área da educação.

Aqui eu tenho que me virar nos trinta eu faço meu planejamento tudo direitinho, mas trabalhar com classe multisseriada é ter todo dia uma surpresa porque agente nunca sabe o que pode acontecer, sempre tem que está atento e preparado (MARIA, 2014)



A professora entrevistada trabalha com a inclusão sem muito apoio pedagógico por parte da Secretaria municipal de Educação, já que não tem apoio pedagógico na escola, suas aulas tem levado esse educando a interagir mais, com a escola, com os colegas e com a comunidade em si.

Eu trabalhava numa outra escola chamada Baixo Guajará, onde lá esse aluno tinha um bom relacionamento com os colegas, brincava junto e eu nunca tentei separá-lo dos outros alunos, uma vez ele se machucou em uma brincadeira e aí a avó dele me chamou e pediu pra eu separar, e eu disse pra ela que eu não podia separar porque senão eu ia estar excluindo esse aluno e não é esse o objetivo. Meu objetivo é inclui-lo da melhor forma possível. Depois a escola foi desativada e nos transferiram pra Maria das Graças, no começo foi difícil o relacionamento com os colegas, mas aí eu comecei a trabalhar nas aulas sobre o respeito as diferenças, que todos nos temos nossas diferenças seja de raça, religião e outras e eles começaram a entender que nós somos iguais perante a lei mas que no nosso dia a dia nos temos nossas diferenças, hoje ele é um menino que se dá bem com os colegas, eles começaram a aceitar (MARIA, 2014).

Sabemos que a educação é um poderoso meio de reduzir as desigualdades sociais, quanto mais preparados, mais capazes seremos de exercer uma profissão e sermos úteis a sociedade.

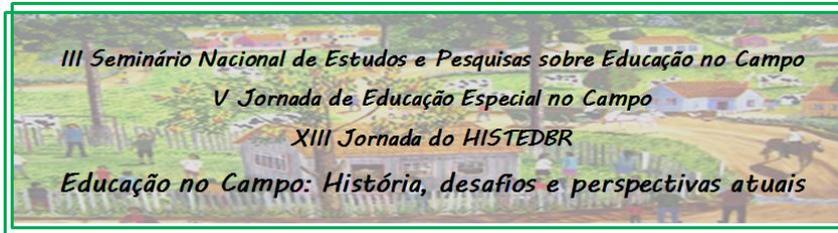
A educação é um direito de todo e qualquer cidadão: direito à cultura, aos saberes, ao conhecimento, à capacitação profissional, um direito fundamental no mundo de hoje, onde o trabalho exige sempre mais conhecimento e o conhecimento se renova constantemente.

A constituição, contudo, garante a educação para todos e isso significa que é para todos mesmo e para atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania, entende-se que essa educação não pode se realizar em ambientes segregados (MONTAN, 2003; p.37).

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art.208 da constituição, 1988).

Mas o que percebemos no Brasil é que a educação ainda está longe de atender todas as necessidades da população. Temos escolas com redes de computadores e outras sem rede elétrica, temos escolas bem instaladas e com ensino estimulante e outras com

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



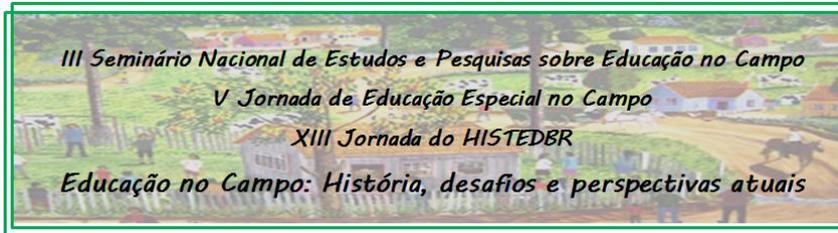
prédios sem qualquer condição até sem prédios, funcionando em barracões ou casas cedidas por moradores. É necessário construir escolas, mas principalmente melhorar a escola e renovar o ensino, por exemplo, envolver mais a escola com a vida da comunidade e trazer para a escola as vivências desses educandos que passam a vida aprendendo conteúdos que não condizem com sua realidade, enquanto há um conjunto de conhecimentos e informações dentro de sua própria comunidade que pode ser usado para melhorar o ensino aprendizagem.

Alguns alunos das classes multisseriadas desistem das aulas por não compreenderem com clareza os conteúdos, vale ressaltar as diversas dificuldades que este encontra para estudar, se não tiver assuntos que estejam relacionados à suas vivências dificilmente terão prazer nos estudos.

Eu tenho tentado fazer o melhor que eu posso porque trabalhar no campo tem que trabalhar com a realidade deles senão de nada adianta, eu adapto conteúdos, também teve o programa escola ativa que me ajudou muito, já que eu fui contemplada, ou melhor a escola foi contemplada e isso me ajudou bastante, mas na maioria das vezes é adaptar mesmo os conteúdos pra eles prestarem mais atenção, faço brincadeiras, o ruim é que os outros alunos que são pré adolescente nem sempre gostam ai eu tenho que me virar pra agradar um e outros também porque eu tenho que lembrar que não é só o Maycon de aluno tem os outros também, e eles precisam de atenção, na verdade eu tenho tratado o Maycon como os outros alunos pra ele se sentir que é incluso porque se todo tempo eu der atenção só pra ele, ele mesmo vai se sentir mal e os outros vão se sentir esquecidos. Já me vesti de lobo fiz um teatro com eles envolvendo eles, sempre que eu posso eu to inventando alguma coisa pra não ficar na mesmice, senão eles ficam estressados e nem conseguem estudar, eu sempre trago algo diferente. Faço bingo da matemática com eles compro brindes pra eles, fim de ano agora eu dei presentinhos eu sempre busco fazer alguma coisa pra chamar atenção deles. E eu sempre converso com eles: olha nós temos que aprender a respeitar o próximo, respeitar as diferenças dos nossos colegas, porque diferentes todos nós somos. (MARIA, 2014)

Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades_ nem tudo deve ser diferente .Então, como conclui Santos (1995), é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. (MONTAN, 2003; p.34)

Talvez possamos dizer que certas demandas das escolas campesinas, como a preocupação poderá atender às especificidades da vida do campo.



A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos a deficiência que são do próprio ensino ministrado por elas_ sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim (MONTAAN,2003; p.28).

É a educação para a liberdade, e no que se refere à realidade brasileira, fica evidente a influencia marcante da educação popular proposta por Paulo Freire na consolidação de uma pedagogia libertadora. Freire Propunha a educação como prática de liberdade, uma precondição da vida democrática. E isso deveria se dá por meio de um projeto político pedagógico que se contrapusesse à educação elitista que favorece as camadas populares, como indica Graciane (1997).

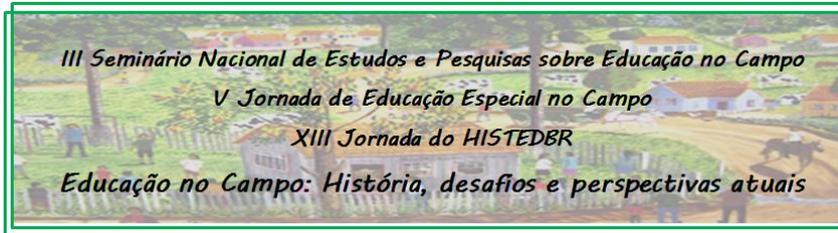
A escola precisa preparar cidadãos para enfrentar a vida, e um dos grandes desafios está na reorganização de práticas pedagógicas que instituem a reflexão, ressignificando conhecimentos pré-existentes na produção de novas aprendizagens e no não esvaziamento dos saberes cotidianos; é a valorização de saberes empírico tanto do educando, quanto do professor.

Considerações Finais

Esta pesquisa buscou apresentar principais pontos que se sobressaem nas histórias de vida, possibilitando compreender como a professora Maria da Conceição Lobato de Lima aprendeu a trabalhar dentro da perspectiva da inclusão e de que forma constrói seus saberes.

Na verdade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº.9.394/96), e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE / CEB, 2001) -, tornaram obrigatória a matrícula de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino, mas, o que se percebe, é que muito ainda falta para que a política de inclusão realmente seja efetivada no cotidiano das escolas do município pesquisado, principalmente nas escolas do campo, onde se constatou que alguns professores, na maioria das vezes, não tem conhecimento específico na área da inclusão.

No caso da professora pesquisada, é importante ressaltar que ela não possui formação específica para trabalhar com alunos com NEE, pois essa educadora fez



apenas algumas pequenas formações de algumas horas, mas que não lhe dão suporte nem subsídios para atender a esses adolescentes ou outros que poderão aparecer e que faz seu trabalho da melhor forma possível, buscando sempre melhorar sua prática.

Desta forma, meus objetivos enquanto pesquisadora foram alcançados, pois objetivou em saber a prática dessa professora e enfatizar a importância de uma formação adequada para os professores que atuam com a inclusão e como se dá o processo de ensino aprendizagem de alunos com deficiência nas escolas do campo, mais especificamente na escola Profª. Maria das Graças de Souza Nascimento. Vale ressaltar que a escola acima supracitada não tem condições mínimas para receber alunos com necessidades especiais, por não dispor de espaço físico e atendimento com profissionais especialistas no assunto. Ao professor, cabe a tarefa de aceitar, de acolher este aluno, devendo oferecer-lhe uma educação inclusiva, de fato, mas, para isso, é importante que os próprios professores sejam incluídos em uma política de formação inclusiva, e que também reitere as exigências sobre a sua atuação, que são cada vez maiores, afinal, se o assunto em pauta é que a matrícula dos alunos com deficiências seja assegurada nas classes regulares, que os professores sejam então os primeiros a serem incluídos neste processo.

Portanto, para que se efetive é necessário que as pessoas envolvidas no processo persistam, aceitem os desafios, acreditem que é possível. Só assim, a educação inclusiva deixará de ser mera formalização, um aspecto garantido pela legislação e por documentos educacionais como ainda é vista por muitos e passará a ser cada vez mais real nas escolas brasileiras, em especial nas do campo e na sociedade.

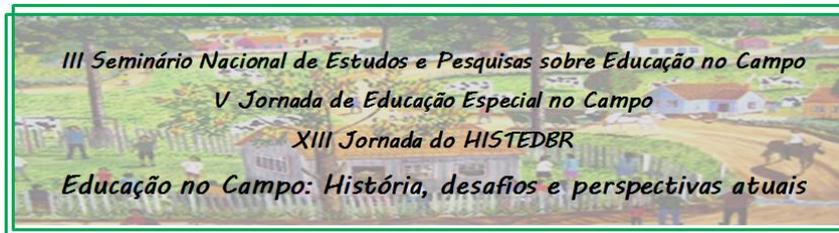
Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano(Orgs). **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BRANDÃO, Carlos. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo Brasiliense, 1985.

BRASIL, Ministério da Educação- Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação a distancia. **Formação continuada a distancia de professores para o**

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



atendimento educacional especializado: deficiência intelectual. Brasília : MEC/SEESP/SEED,2007 b.

BRASIL. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999. **Dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência , consolida as normas de proteção, e dá outras providências. 1999.** Disponível em: [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm) Acesso em: 17 fev. 2015.

Constituição Federal (1988)

GLAT, Rosana e FERREIRA, Júlio. **Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil.** Educação Inclusiva no Brasil – Diagnóstico Atual e Desafios para o Futuro”, promovida pelo Banco Mundial e pela Secretaria de Educação da Cidade do Rio de Janeiro, em março de 2003.

GODFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** 2.ed.São Paulo:Plexus,2002.

GRACIANI, Maria Stela S. **Pedagogia social de rua.** São Paulo: Cortez, 1997.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96

MANTOAN, M.T.E.**Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2.ed.São Paulo: Moderna, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social.** Petrópolis.Vozes,2002.

NASCIMENTO Ana Lúcia Cardoso Educação **Inclusiva no RENAFOR: Nova formação docente para reconfiguração da prática pedagógica** Ed.ufra,2014.

SALAMANCA (1994.p.17-18)

YIN, Roberto, **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.